



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2014.

A Câmara Municipal de Timbó, por seu Presidente, ao final assinado, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão, forma presencial, observado o disposto na Lei nº 10.520/2002; na Lei nº 8.666/1993; na Lei nº 8.078/1990 e na Lei Complementar nº 123/2006, conforme as especificações e condições a seguir:

Critério de Julgamento: menor preço por item

Prazo limite para impugnação do edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas

Sessão Pública do Pregão: dia 04/09/2014 as 9 horas

Local da Sessão Pública do Pregão: Auditório da Câmara Municipal de Timbó, localizada na Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Timbó(SC).

1. DO OBJETO

1.1. A licitação objetiva a aquisição de um projetor multimídia, acompanhado de acessórios como suporte para teto ou parede com prolongador, tela de projeção de 120 polegadas, suporte para a tela de projeção, cabos para conexão do projetor a computadores, DVD players, Blu Ray players, TVs, com os serviços de instalação no auditório da Câmara, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste certame correm a conta das seguintes dotações orçamentárias:

2.1.1. Para o projetor, a tela e suportes:

0001.0001.- CÂMARA DE VEREADORES-

0001.0001.- ATIVIDADES LEGISLATIVAS -

001.031.0001.1001 – EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO

4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.52.33.00.00.00.10000 – EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

2.1.2. Para os cabos:

0001.0001.- CÂMARA DE VEREADORES-

0001.0001.- ATIVIDADES LEGISLATIVAS -



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

001.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.26.00.00.00.10000 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

2.1.3. Para a instalação:

0001.0001.– CÂMARA DE VEREADORES-
0001.0001.– ATIVIDADES LEGISLATIVAS -
001.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.39.25.00.00.00.10000 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E AFINS

3. PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar da licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e anexos.
- 3.2. Serão admitidos a participar desta licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado.
- 3.3. É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou indireta do município de timbó ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso.
- 3.4. É vedado a qualquer pessoa a representação de mais de uma empresa num mesmo item ou lote nesta licitação.
- 3.5. Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de apenas um representante de cada licitante.
- 3.6. Só os representantes das licitantes credenciados poderão se manifestar na sessão pública do pregão.
- 3.7. Não será aceita a participação de empresa que tenha agente público do município de Timbó, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico ou que possua em seu quadro de pessoal, empregados, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de chefia e de assessoramento e de agentes políticos do município de Timbó.

4. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- 4.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 4.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
5. ENVELOPE DA PROPOSTA
- 5.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:
- Pregão Presencial nº 4/2014
- Envelope nº 1 – PROPOSTA
- Abertura: Dia 04/09/2014 as 9 horas
- Licitante: (denominação social completa da empresa e nº. do CNPJ)
- 5.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando a procuração.
- 5.3. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- Nome da licitante, endereço completo, CNPJ e inscrição estadual, telefone, e-mail;
- Número do Pregão;
- Descrição do objeto da licitação em conformidade com o Anexo I;
- 5.4. Preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. O preço proposto compreende, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da licitação.
- 5.5. A licitante deverá informar na proposta os dados bancários sendo Banco, Agência e Conta Corrente em nome da licitante para pagamento e Nome, CPF e Endereço do sócio que irá assinar o contrato quando for o caso.
- 5.6. Prazo de validade da proposta: 60 dias
- 5.7. Declaração da licitante comprometendo-se a cumprir o prazo de entrega, sob pena de sofrer penalidades a serem aplicadas por esta Administração.
- 5.8. A proposta deve atender integralmente as especificações requeridas, vedada a desistência de quaisquer dos itens no decorrer da sessão pública do pregão.
- 5.9. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário para fins de classificação da proposta de preços.
- 5.10. A licitante que não observar as determinações acima será desclassificada do certame.



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

5.11. A apresentação de proposta presume que a licitante tomou pleno conhecimento das condições estabelecidas e que os objetos cotados apresentam todas as características e especificações exigidas neste edital.

5.12. A apresentação de proposta implica plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6. ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Pregão Presencial nº 4/2014

Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO

Abertura: Dia 04/09/2014 as 9 horas

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº. do CNPJ)

6.1.1. A licitante apresentará os documentos necessários à habilitação no original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro.

6.2. O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.3.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

6.3.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil competente, em caso de pessoas jurídicas não empresárias.

Obs: Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias.

6.4. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.3.5. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 6.3.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.3.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 6.3.8. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de Timbó conforme Art. 193 da Lei do Código Tributário Nacional e Art. 50 da Lei Complementar Municipal 142/98.*
- 6.3.9. Para obter a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, a empresa interessada poderá solicitar da seguinte forma:
- 6.3.10. E-mail: negativas@timbo.sc.gov.br;
- 6.3.11. Telefone: 47.3382.3655, ramal 2032.
- 6.3.12. A Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó deve ser solicitada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não ser entregue em tempo para a licitação.

7. DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

7.1. Deverá conter no envelope de habilitação declaração subscrita pela empresa licitante, onde ateste, conforme modelo constante do anexo II deste edital, no mínimo:

- 7.1.1. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Licitações, art. 27, V);
- 7.1.2. Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 7.1.3. Que o ato constitutivo é vigente;
- 7.1.4. Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 7.1.5. Que conhece e aceita todas as condições do edital.

7.2. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da licitante, ou seja, se a matriz, todos da matriz, se alguma filial, todos da filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e filiais.

7.3. A ausência ou ilegitimidade de quaisquer dos documentos/declarações obrigatórias elencados acima, acarretará a inabilitação da empresa para participação do certame.

7.4. No caso de participação em consórcio, os documentos acima deverão ser apresentados também das empresas participantes do consórcio.

8. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 8.1. Pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:
- 8.2. Credenciamento:
- 8.2.1. No dia, hora e local designados para a sessão pública de recebimento das propostas, o interessado deverá identificar-se exibindo documento de identidade civil e apresentar cópia autenticada dos atos constitutivos, no caso de pessoa jurídica, trando-se de representante, deverá comprovar estar investido dos poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- 8.2.2. A comprovação dos poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame far-se-á por meio de procuração, por instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida em cartório, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, além da apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo.
- 8.2.3. Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior 60 (sessenta) dias.
- 8.2.4. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que pretenda tratamento diferenciado das demais empresas, será obrigatória a apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 06 (seis) meses, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, na fase de credenciamento. Caso a empresa opte por não se credenciar poderá entregar este documento juntamente com a proposta.
- 8.2.5. Os documentos acima deverão ser apresentados preferencialmente em envelope próprio.
- 8.2.6. Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento da licitante, porém ela estará impedida de participar da etapa de lances ou recorrer.
- 8.2.7. Os documentos necessários serão apresentados no original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro.
- 8.2.8. Para agilização da sessão pública do pregão, tendo em vista o tempo necessário para conferência de documentos e horário de protocolo de envelopes, fica estabelecido que:
- 8.2.9. Para autenticação de documentos pelo Pregoeiro, a licitante deverá fazê-lo até o último dia útil anterior à data de entrega dos envelopes, durante o horário de expediente. No dia da sessão pública do pregão não serão realizadas autenticações de documentos para o certame.



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 8.2.10. Para a autenticação na Câmara Municipal, os licitantes deverão apresentar os documentos originais e as cópias, a Câmara não fornecerá cópias de documentos.
- 8.3. Análise preliminar de aceitabilidade das propostas:
- 8.3.1. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo o pregoeiro à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- 8.3.2. Classificação das propostas para a etapa de lances.
- 8.3.3. O Pregoeiro classificará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:
- 8.3.3.1. Primeiro critério: serão classificadas a menor proposta e todas as que não sejam superiores a 10% da menor proposta;
- 8.3.3.2. Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas classificadas no critério anterior, serão ainda classificadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.
- 8.4. A licitante que tiver a proposta classificada e representante credenciado poderá oferecer lances orais.
- 8.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.6. Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes, a partir da menor proposta.
- 8.7. Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 8.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes do item declinarem da formulação de lances.
- 8.9. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas – selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances – na ordem crescente dos valores, considerando-se para as propostas selecionadas, o último lance ofertado.
- 8.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.
- 8.11. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, o pregoeiro decidirá motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

8.12. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

9. HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

9.2. Os documentos serão rubricados pelo Pregoeiro e anexados ao processo de licitação.

9.3. Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

9.4. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda as exigências de habilitação do edital.

10. RECURSOS

10.1. Habilitado o proponente, o Pregoeiro instará os licitantes credenciados para, querendo, imediata e motivadamente, recorrer.

10.2. O recurso deve identificar, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos autoridade superior.

10.3. Cabe ao Pregoeiro deliberar sobre a aceitação do recurso.

10.4. Aceito o recurso a licitante terá o prazo de três dias para a apresentação das razões, as quais deverão ser protocolizadas na Câmara Municipal de Timbó e dirigidas à autoridade superior.

10.5. Os licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de três dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade decidirá o recurso no prazo de até dez dias úteis.

10.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.7. Declarado o vencedor da licitação, não havendo interposição de recurso, o pregoeiro adjudicar-lhe-á o objeto licitado.

10.8. Interposto recurso caberá à autoridade superior, decidido o recurso, adjudicar o objeto licitado ao vencedor da licitação.

10.9. Adjudicado o objeto ao licitante vencedor ou havendo a interposição de recurso, o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

11. HOMOLOGAÇÃO



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

11.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e convocará o vencedor para assinar o Contrato.

11.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ poderá, quando o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a sessão pública do pregão e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

12. CONTRATO

12.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ disporá do prazo de 30 (trinta) dias para convocar o licitante vencedor para assinar o contrato e expedir a ordem de compra/serviço, contados a partir da data da homologação do processo licitatório.

12.2. Convocado, o licitante terá prazo de 5 dias para comparecer para assinatura do contrato.

12.3. O contrato reger-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução e rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

12.4. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

12.5. Integram o contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo licitante.

12.6. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses..

13. ENTREGA E PAGAMENTO

13.1. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo de máximo de 20 dias a contar da assinatura do contrato.

13.2. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através da Caixa Econômica Federal, em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura/recibo, devidamente certificada pelo fiscal da contratação;

13.3. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

cumprimento das exigências legais (INRFB nº 1.234/2012), principalmente as relativas às retenções tributárias.

- 13.4. Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não esjam em nome da proponente vencedora.
- 13.5. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).
- 13.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.
- 13.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. PENALIDADES

- 14.1. O proponente vencedor estará sujeito, por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos estipulados, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:
- 14.1.1. Advertência por escrito;
- 14.1.2. Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de dois(02) anos, observadas as disposições legais;
- 14.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 14.1.4. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor efetivo do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e do contrato;
- 14.2. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, pela CÂMARA MUNICIPAL.
- 14.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas acima será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.
- 14.4. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado.

15. OBRIGAÇÕES

- 15.1. DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ:



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 15.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 15.1.2. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 15.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitação, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 15.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor responsável;
- 15.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 15.2. DA EMPRESA VENCEDORA:
 - 15.2.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
 - 15.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
 - 15.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
 - 15.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
 - 15.2.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
 - 15.2.6. Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.
16. DISPOSIÇÕES FINAIS
 - 16.1. Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis na Secretaria da Câmara Municipal de Timbó para retirada por seus respectivos licitantes, no prazo de trinta dias depois da assinatura do contrato decorrente desta licitação. Caso não sejam retirados no prazo assinalado, serão inutilizados.
 - 16.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação ou proposta relativa a este certame.
 - 16.3. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
 - 16.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
 - 16.5. No interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, sem que caiba às licitantes qualquer recurso ou indenização, poderá ainda a licitação ter:



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 16.6. Adiada sua abertura;
- 16.7. Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
- 16.8. As fases internas da licitação, assim sendo as atas, convocações e demais atos relativos ao processo licitatório serão divulgados através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no site: www.diariomunicipal.sc.gov.br, quando necessário, ficando desde a data da publicação convocados os licitantes a apresentarem recurso ou demais manifestações cabíveis.
- 16.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste certame licitatório, fica estabelecido o foro da cidade e comarca de Timbó (SC), nos termos do § 2º, do art. 55, da Lei 8.666/93.
- 16.10. Faz parte deste Edital:
- a) ANEXO I – Termo de Referênência.
 - b) ANEXO II –Modelo de Declarações obrigatórias.
 - c) ANEXO III – Minuta Contratual
- Timbó (SC), 21 de Agosto de 2014.

Jorge Augusto Krüger

Presidente



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: Contratação a aquisição de um projetor multimídia, acompanhado dos acessórios como suporte para teto ou parede com prolongador, tela de projeção de 120", suporte para a tela projeção, cabos para conexão do projetor a computadores, DVD players, Blu Ray players, TVs, com os serviços de instalação no auditório da Câmara.

Especificações Preços				
Item	Quant.	Descrição	Unit.	Total
1.1	1	Projetor Multimídia – com estas pelos menos características: - sistema de projeção 3LCD de 3-Chips; - resolução 1024x 768 XGA; - brilho em branco de 3.500 ANSI Lumens; - brilho em cores de 3.500 ANSI Lumens; - contraste 10.000:1; - Correção Trapezoidal (Keystone) Vertical: ± 30 graus e Horizontal ± 30 graus; - Conexão USB Plug and Play; - Liga/desliga Instantâneo; - Conectividade Wireless; - interfaces: HDMI, VGA RGB, S-Vídeo: Mini DIN, Vídeo Composto: RCA, USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-fi e câmera de documentos DC-06 / DC-11) e USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Control) - lâmpada de alta duração (até 6.000h).	2.500,00	2.500,00
1.2	1	Tela de projeção – com esta características: - tela de projeção tensionada, estrutura em alumínio, pintura epóxi na cor branca; - diagonal 120" (3,05m) - borda superior (black) com fácil ajuste; - formato fullscreen (4:3), widescreen (16:9) e (16:10); - todo o sistema é acondicionado em estojo de alumínio em pintura eletrostática - perfil inferior que permite ajuste pelo próprio usuário; - trilho correção interno que facilita a fixação da tela em parede ou teto; - motor 220 volts; - redutor de velocidade; - fim de curso; - controle remoto; - kit instalação;	1.200,00	1.200,00
1.3	1	Suporte de teto de metal para projetor com cano alongador, com sistema giratório e com inclinação para melhor direcionar o projetor.	150,00	150,00
1.4	1	suporte de parede de metal para a tela de projeção, para poder direcionar a tela no ângulo de melhor visualização para o público e também para a mesa dos vereadores.	150,00	150,00



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

1.5	1	Cabo HDMI (High Definition Multimedia Interface) para conexão computador com o projetor com 30 metros. - Conectores revestidos por ouro 24 quilates asseguram uma transferência de sinal superior e uma vida útil com desempenho máximo. - Quatro pares torcidos e telados dos condutores padrão OFC com camada de isolamento de espuma PE otimizam a resposta de alta frequência visando à largura de banda e uma transferência de sinal eficiente. - Folha de alumínio enrolada em volta de cada par torcido, folha de alumínio enrolada em volta de todos os núcleos internos e revestimento em tranca de cobre coberta por estanho, telado triplo para proporcionar uma proteção completa contra a interferência eletromagnética e a interferência de radio frequência ambientais. - Compatível com as versões anteriores com DVI que lida com transferências digitais em taxas de até 5Gbps.	300,00	300,00
1.6	1	Cabo paralelo de energia para o projetor e para a tela de projeção elétrica; Cabo de áudio RCA: do desktop para mesa de som 30m; Plugues de áudio p2 e p10 para cabo de áudio. Plugues macho e fêmea para energizar os aparelhos, projetor e tela; Peças e acessórios diversos para instalação;	300,00	300,00
1.7	1	M.O. de Instalação e Setup, Ajustes, Parametrização do Equipamento por pessoal qualificado, da tela de projeção, da fiação elétrica e de áudio.	1.400,00	1.400,00
		Valor Total		6.000,00



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Ref. (identificação da licitação)

_____, inscrito no CNPJ
nº. _____, por intermédio de seu representante legal o (a)
Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
n.º _____ e do CPF n.º _____, declara:

- a) Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: () empregar menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. Em caso afirmativo, assinalar esta ressalva.
- b) não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- c) estar o ato constitutivo vigente.
- d) não ser impedido de transacionar com a Administração Pública
- e) conhecer e aceitar as condições do edital.
- f) cumprir os requisitos de habilitação.

(local e data)

(nome e número do documento de Identidade do Declarante)



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº .../2014.

Aos (..) dias do mês de do ano de 2014, a CAMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão independente da administração direta do município, com sede na Rua Inglaterra, s/n, Bairro das Nações, Timbó (SC), representada neste ato por seu presidente, vereador Jorge Augusto Krüger, denominada CONTRATANTE e a empresa, estabelecida na cidade de, na Rua nº ..., inscrita no CNPJ sob nº, denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu, Sr....., celebram este Contrato, de conformidade com o Pregão Presencial nº 04/2014 de 04 de Setembro de 2014 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 10.520/2002; nº 8.666/1993; nº 8.078/1990 e Lei Complementar nº 123/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação consiste na aquisição de um projetor multimídia, acompanhado de acessórios como suporte para teto ou parede com prolongador, tela de projeção de 120", suporte para a tela projeção, cabos para conexão do projetor a computadores, DVD players, Blu Ray players, TVs, com os serviços de instalação no auditório da Câmara.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. A contratação é pelo regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei 8.666/93, art. 10, inciso II, alínea "b", conforme processo licitatório nº 10/2014.

3. DO PREÇO

3.1. O preço dos equipamentos objeto deste contrato é de R\$ ____ (____ reais).

4. DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será realizado até dez dias depois da entrega e instalação dos equipamentos.

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas com valores em separado de cada componente, projetor, tela, suporte, cabos, instalação, para fins de lançamento contábil.

4.3. Os valores apurados serão pagos após apresentação da fatura.

4.4. A fatura deverão ser entregue na Câmara com antecedência mínima de 5 dias úteis da data de seu vencimento.



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

5. DO REAJUSTE:

5.1. Os preços dos serviços serão reajustados a cada 12 meses de contrato com base no IPCA-IBGE ou aquele que o substituir.

5.2. As alterações decorrentes de reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento.

6. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

6.1. Se a CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto no item 3.4 deste Contrato sujeitar-se-á, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, às seguintes sanções:

6.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso;

6.3. Juros de mora de 1% (um por cento) a.m.; ec) correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste contrato correm a conta das seguintes dotações orçamentárias:

7.1.1. Para o projetor, a tela e os suportes:

0001.0001.– CÂMARA DE VEREADORES-
0001.0001.– ATIVIDADES LEGISLATIVAS -
001.031.0001.1001 – EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO
4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.52.33.00.00.00.10000 – EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

7.1.2. Para os cabos:

0001.0001.– CÂMARA DE VEREADORES-
0001.0001.– ATIVIDADES LEGISLATIVAS -
001.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.26.00.00.00.10000 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

7.1.3. Para a instalação:

0001.0001.– CÂMARA DE VEREADORES-
0001.0001.– ATIVIDADES LEGISLATIVAS -
001.031.0001.2002 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.39.25.00.00.00.10000 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E AFINS

8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

8.1.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 8.1.2. Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA;
- 8.1.3. Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- 8.1.4. Fiscalizar-lhe a execução;
- 8.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- 8.1.6. A CONTRATADA fica responsável pelo ressarcimento dos prejuízos materiais e/ou pessoais que causar à CONTRATANTE ou à terceiros, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.3.1. Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato até a data de vencimento;
- 8.3.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 8.3.3. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 8.3.4. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitação, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 8.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, depois da entrega da Nota Fiscal na Câmara;
- 8.3.6. Notificar por escrito à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 9.1.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 9.1.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 9.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 9.1.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 9.1.6. Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

10. DAS PENALIDADES:



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções:
- 10.2. advertência;
- 10.3. multa:
- 10.4. de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.
- 10.5. de 0,2% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 20%.
- 10.6. de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nos itens 8.1.2.1 e 8.1.2.2 desta cláusula.
- 10.7. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Timbó pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 10.8. declaração de inidoneidade, na forma da Lei 8.666/93, art. 87, inciso IV.
- 10.9. Por eventuais atrasos no pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a CONTRATANTE fica sujeita às seguintes penalidades:
- 10.10. Compensação financeira devida entre a data estabelecida no item 3.3 deste contrato e a data do adimplemento da obrigação, calculada conforme Portaria nº. 1960/96, do Ministério das Comunicações, aplicada de forma isonômica para todas as operadoras, ou seja: aplicação de multa moratória de 2% sobre o valor do débito e os juros moratórios determinados pela Lei Brasileira.
- 10.11. A compensação financeira prevista no 8.2.1 será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.
11. DA RESCISÃO:
 - 11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.
 - 11.2. DOS DIREITOS DA CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL:
 - 11.3. Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado à CONTRATANTE:
 - 11.4. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

- 11.5. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- 11.6. execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- 11.7. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
12. Do Prazo:
- 12.1. O prazo para a execução total do objeto contratado será de 20 dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critérios da administração.
- 12.2. Considera-se justificado o atraso da execução dos serviços contratados ocorrendo:
- 12.2.1. greves;
- 12.2.2. epidemias;
- 12.2.3. cortes freqüentes de energia elétrica e água;
- 12.2.4. enchentes.
13. Do Foro:
- 13.1. Fica estabelecido o foro da cidade e comarca de Timbó (SC), para adoção de medidas judiciais pertinentes à execução deste Contrato, nos termos do § 2º, do art. 55, da Lei 8.666/93.

Firmam este Contrato em vias de igual teor e forma.

Timbó (SC), ____ de Setembro de 2014.

Jorge Augusto Krüger

Contratada

Presidente